

- 1- ATAS
 - 1.1- Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- Reuniões de Comissões
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO .
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
 - 5- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
 - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-
-

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 4 DE MARÇO DE 1996**

Presidência da Deputada Maria José Haueisen

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum" - **ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Gil Pereira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Antônio Zanto - Marco Régis - Miguel Martini - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

Falta de "Quorum"

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 5, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pela Sra. Presidente é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DENÚNCIAS CONTRA A CHAMADA "MÁFIA DO CARVÃO", QUE VEM ATUANDO PRINCIPALMENTE NO NORTE DE MINAS GERAIS

Às quinze horas e dez minutos do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, Marcelo Gonçalves, Elbe Brandão e Marcos Helênio, membros da Comissão supracitada. Havendo

número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara abertos os trabalhos e solicita à Deputada Elbe Brandão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e pergunta aos Deputados se há alguma sugestão a ser apresentada. Com a palavra, a Deputada Elbe Brandão apresenta requerimento solicitando sejam convidados para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Carlos Augusto Silva, funcionário do IEF; o Sargento Florestal Eustáquio da Conceição; o Sr. Valdir Macedo, Diretor do Instituto de Pesos e Medidas; e o Major PM Milton Moreira Sales, Comandante da Polícia Florestal do Norte de Minas. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. A seguir, o Presidente informa que foi deferido o pedido de prorrogação, por mais 60 dias, do prazo de funcionamento da Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 1996.

Paulo Schettino, Presidente - Anivaldo Coelho - Elbe Brandão - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Anderson Aduato, João Leite e Gilmar Machado, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes, também, os Deputados Dinis Pinheiro, Geraldo Rezende, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho, Ivair Nogueira, Jorge Hannas, Durval Ângelo, Paulo Piau, Dílzon Melo, Jairo Ataíde, Gil Pereira, Carlos Pimenta, Bonifácio Mourão, Bilac Pinto, Ajalmar Silva, Antônio Roberto, Aílton Vilela, Marcos Helênio, Ivo José, Almir Cardoso, Antônio Andrade, José Henrique, Carlos Murta, Elbe Brandão e Ronaldo Vasconcellos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Anderson Aduato que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Logo após, a Presidência passa a direção dos trabalhos ao Deputado Gilmar Machado. Este informa que a reunião destina-se a ouvir as Sras. Ana Luíza Machado Pinheiro, Secretária da Educação, e Glauro Vasques de Miranda, Secretária Municipal de Educação, que irão prestar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo Governador do Estado com relação ao ensino e sobre a questão da greve nas escolas municipais. A Presidência as convida a tomar assento à mesa e registra a presença do Sr. Humberto Rodrigues Gomes, Procurador do Estado, e da Sra. Alda Bambirra Lara, Superintendente de Administração de Pessoal da Secretaria da Educação. A seguir, as convidadas discorrem sobre o assunto em pauta. Passa-se à fase de debates, da qual participam os Deputados Marcos Helênio, João Leite, Geraldo Rezende, Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Anderson Aduato, Ivair Nogueira, Gil Pereira, Carlos Pimenta, Dílzon Melo, Gilmar Machado e Antônio Andrade, conforme consta nas notas taquigráficas. Após, a Presidência apresenta requerimento, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Administração Pública, para proceder a estudos sobre o processo de enxugamento da máquina pública e as propostas de reforma do Estado. A seguir, o Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Anderson Aduato, por ser de sua autoria a matéria a ser apreciada. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Após, o Deputado Gilmar Machado reassume a direção dos trabalhos e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 1996.

Irani Barbosa, Presidente - João Leite - Gilmar Machado.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 6/3/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase
(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Relatório Final da Comissão Especial para Proceder a Estudos Que Venham Criar Melhores Condições de Comunicação no Estado de Minas Gerais. O relatório conclui pela apresentação de projeto de lei e de requerimento, bem como pelo encaminhamento de cópias desse trabalho às empresas de jornal, rádio e televisão que menciona.

Requerimento nº 914/95, do Deputado Ibrahim Jacob, em que solicita a transcrição nos anais da Casa do artigo "Líbano", publicado no "Estado de Minas" na data que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 968/95, do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando a transcrição nos anais da Casa dos textos "A última Fronteira" e "Cresce o Silêncio no Mundo Que Fala Português", publicados, respectivamente, no "Diário da Tarde" e na "Folha de S. Paulo nas datas que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase
(das 16 às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.797, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 3º, 4º, 6º, 7º e 9º e ao parágrafo único do art. 5º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 43, que dispõe sobre o Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 636/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com a Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.870, que torna obrigatória a instalação de sanitários nos terminais rodoviários e nos pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 47/95, do Deputado José Bonifácio (ex-Projeto de Lei nº 2.274/94), que dispõe sobre os Conselhos em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 55/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a gestão de equipamentos hospitalares, acrescenta dispositivo à Lei nº 10.359, de 28/12/90, que criou o Instituto do Coração de Minas Gerais - CARDIOMINAS -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Saúde e Ação Social.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 252/95, do Deputado Raul Lima Neto, que disciplina o exercício da pesca nos cursos d'água de domínio estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 278/95, do Deputado João Leite, que define medidas para combate ao tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que estabelece. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e Ação Social, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/3/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 478/95, do Deputado Marcos Helênio.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/3/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 579/95, do Deputado Álvaro Antônio.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições de interesse da Comissão.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 207/95, do Deputado Ibrahim Jacob.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 279/95, do Deputado Miguel Barbosa; 417/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 305/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 245/95, do Deputado Sebastião Helvécio; 409/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Requerimento nº 987/95, da Comissão de Administração Pública.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.018/96, do Deputado Dimas Rodrigues.

Convidado: Sr. Carlos Eloy de Carvalho Guimarães, Presidente da CEMIG, que prestará esclarecimentos a respeito do processo de privatização da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/3/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 6/3/96, destinada à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 12.797, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, e 12.870, que torna obrigatória a instalação de sanitários nos terminais rodoviários e nos pontos de parada de ônibus intermunicipais, e à

Proposição de Lei Complementar nº 43, que dispõe sobre o sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, e do Projeto de Lei nº 636/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com a Cooperativa de Eletrificação Rural de Rezende Ltda.; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de março de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho, Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Irani Barbosa, Anderson Adauto, João Leite, Gilmar Machado, José Bonifácio, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 7/3/96, às 14h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 649/96, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 11.517, de 13/7/94.

Sala das Comissões, 5 de março de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Carlos Murta, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da Comissão de Administração Pública; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 6 de março do corrente, às 14h30min, no Plenarinho IV, destinada à apreciação dos Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 648/96, do Governador do Estado, que extingue a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL - e dá outras providências, e 651/96, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 11.402, de 14/1/94.

Sala das Comissões, 4 de março de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 245/95

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Helvécio, o Projeto de Lei nº 245/95 tem por objetivo dar a denominação de Vereador Estevão Banhato ao trecho rodoviário que liga o Município de Rio Preto à BR-040.

Examinada a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem o projeto a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento das normas regimentais.

Fundamentação

O nome do cidadão Estevão Banhato está ligado a uma série de realizações que o dignificaram.

Nasceu em Sapucaia, RJ, e, aos 5 anos de idade, veio morar com seus pais em Monte Verde.

Até os 18 anos, dedicou-se à música, arte de sua predileção. Logo após, ingressou na Faculdade de Odontologia.

Prestou inestimáveis serviços àqueles que com ele conviveram. Conseguiu, através de trabalho incansável, transformar uma gleba de terra de 40alq., doada por seu pai, em

área produtiva, onde instalou uma casa comercial e uma usina elétrica que, durante muitos anos, forneceu gratuitamente energia ao arraial que daria origem ao Distrito de Monte Verde.

Ocupou com nobreza de espírito uma cadeira na Câmara Municipal de Juiz de Fora, honrando a credibilidade daqueles que o elegeram.

Portanto, referendamos o seu nome, que se faz merecedor desta homenagem.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 245/95 na forma proposta.

Sala das Comissões, 4 de março de 1996.

Carlos Murta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 305/95

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Bonifácio Mourão, o Projeto de Lei nº 305/95 visa dar a denominação de Deputado Pedro Tassis aoanel rodoviário de Governador Valadares.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos regimentais.

Fundamentação

O anel rodoviário de Governador Valadares encontra-se sem denominação oficial, conforme atesta o Diretor-Geral do DER-MG. Assim sendo, justa e oportuna se faz a homenagem, visto que o Deputado Pedro Tassis foi incansável na luta pela concretização de tão sonhada obra. Além do mais, na condição de homem público, destinou valiosos recursos para a construção e a manutenção de estradas no vale do rio Doce. Buscava ele sempre melhorias para a região.

A denominação proposta servirá de referencial a viajantes, comerciantes e aos próprios moradores de Governador Valadares, e, principalmente, de homenagem a uma pessoa muito querida, que prestou grandes serviços ao aludido município.

Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 305/95 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 4 de março de 1996.

Carlos Murta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 646/96

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de iniciativa do Deputado Romeu Queiroz, visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas - CODECA -, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

Após o exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto no 1º turno, conforme disposições regimentais.

Fundamentação

A mencionada Associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que visa ao amparo e à ajuda aos menos favorecidos. Para a consecução de seus objetivos, a associação zela pela saúde e pela educação das crianças e dos adolescentes do município e protege a maternidade e a velhice carentes.

Pelos prestimosos serviços em prol do bem-estar social, garantindo os direitos sociais básicos dos cidadãos, a entidade merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 646/96 no 1º turno.

Sala das Comissões, 5 de março de 1996.

Jorge Eduardo de Oliveira, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

Discursos Proferidos em 27/2/96

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Casa é testemunha de que ocupamos dezenas de vezes esta tribuna com a finalidade de chamar a atenção dos nossos colegas Deputados e das autoridades do Estado para a situação em que se encontrava a nossa cidade de Pirapora. É bem verdade que, em respeito aos cidadãos piraporenses que elegeram determinada pessoa para dirigir o nosso município, nossas lideranças, assim como nossa liderança em Pirapora, deram um prazo, aguardaram ansiosamente durante um período de seis meses, que se estendeu até um ano, antes que acontecessem os desmandos que vêm ocorrendo em Pirapora. Não nos pronunciamos, aqui nesta tribuna, enquanto não venceu o prazo - não porque acreditássemos naquela coisa que lá está e que se diz Prefeito -, porque respeitamos os eleitores piraporenses que quiseram acreditar naquele pseudo-administrador.

Venceu o prazo de um ano, e Pirapora já estava mergulhada numa fossa administrativa. Pirapora não tem uma rede de esgoto definida nem tratamento de esgoto: os nossos dejetos são dirigidos a uma fossa. Essa é a situação naquela cidade. Dezenas de vezes viemos a esta tribuna para denunciá-la, mas, agora, ela é tal que, se não tomarmos medidas urgentes, Pirapora sairá do mapa. Que medidas seriam essas? Dissemos, àquela época, em nossos discursos, que dependeríamos da Câmara Municipal. Dizíamos que Câmara Municipal cassa Prefeito corrupto, ladrão; Assembléia Legislativa cassa Governador ladrão, e a Câmara dos Deputados cassa Presidente. Isso, porque dependíamos única e exclusivamente da Câmara Municipal. Hoje, obrigatoriamente, já temos um aliado. Que aliado é esse? O Ministério Público.

Quando mostrávamos nesta tribuna o estado em que Pirapora se encontrava, não tínhamos como provar, porque não tínhamos em mãos aprova, cujo ônus cabe a quem denuncia. Hoje, por força judicial, o Prefeito se viu obrigado a enviar à Câmara Municipal as prestações de contas, com as notas fiscais. Além disso, o Prefeito (não sei se digo a Prefeitura) paga mais uma página do jornal "Hoje em Dia" para dizer que o Deputado está mentindo, que o pagamento do funcionalismo está em dia e que só deve quatro meses. Viram os senhores uma matéria no "Estado de Minas", dizendo que a casa dele estava para ser invadida, porque não honrou seus compromissos. É o jornal que diz isso. Agora, para mim e para o povo de Pirapora, isso não é surpresa, porque ele realmente não paga.

Gostaria de trazer ao conhecimento dos senhores só um detalhe dessa história, que é o da merenda escolar. E quem vem apurando isso é o Estado, não sou eu. O dinheiro foi para lá, houve um termo aditivo, e as escolas não receberam merenda. Só para terem uma idéia, nenhuma creche funciona, nenhum hospital, tampouco. Os alunos da rede municipal perderam o ano letivo, porque as escolas não funcionam. Pasmem os senhores com o que vou dizer: na prestação de contas, só com urucum, que é um corante para colocar na merenda escolar, foram três toneladas. Três toneladas! Está na nota fiscal, e agora ele está correndo atrás das Diretoras para que assinem recibos e comprovantes do que não receberam, como se tivessem recebido.

Senhores, o jornal "Estado de Minas" já publicou o que ele gastou com remédios, sem ter nenhum posto médico funcionando, nenhuma creche. A saúde é um caos. Tudo, ali, é uma calamidade. E a prestação de contas foi feita como? Por meio de uma farmácia que não existe. As notas fiscais não existem. Não é o Deputado Wanderley Ávila que está dizendo, não. É declaração da Secretaria da Fazenda. Então, agora, a responsabilidade não é só da Câmara Municipal. Agora, não dependemos só daqueles Vereadores mancomunados. A questão deverá ser de justiça.

Trazemos ao conhecimento da Casa que entregamos ao Procurador de Justiça uma denúncia-crime e um dossiê e ao Tribunal de Contas, os xerox das notas fiscais.

Nossa voz não se calará nesta Casa, porque dá até pena dos funcionários de Pirapora, que estão morrendo de fome. Estão morrendo à míngua. Pirapora, hoje, é lixo só. Há mais de um ano que um caminhão não faz coleta. Cada residência está contribuindo com R\$1,00 para pagar caminhões de particulares para fazerem a limpeza.

Todos os segmentos da sociedade organizada piraporense vão fazer esta prestação de contas para que o Governador do Estado tome conhecimento dos fatos. Não é o Deputado "mentiroso" que fala do grande Prefeito de Pirapora. Não é tão-somente o Wanderley Ávila que fala, não. A pessoa da qual falamos mora aqui em Belo Horizonte. Foi aqui que a Justiça veio buscar seus bens. Ele não tem residência em Pirapora, porque morava no ar. Só vivia de aviãozinho para baixo e para cima.

Gostaria de fazer uma homenagem a um piraporense e, assim, a todos que amam aquela cidade. É o Cândido G. Júnior, conhecido na cidade como Dido, que, num artigo de jornal, atesta e afirma o seguinte: (- Lê:)

"Nosso Inimigo Público nº 1*

Nunca é demais lembrar que Pirapora não chegou a este ponto da noite para o dia. Há muito tempo, algumas pessoas têm usado este espaço neste jornal para dar sua contribuição e, principalmente, procurando cumprir o seu papel de cidadãos, alertando que somente a participação popular poderá por fim a este caos, como melhor forma de

resolver a crise social e política do município. Infelizmente, por várias vezes, elas tiveram que admitir, "aceitar" e baixar a cabeça quando quiseram convencê-las de que cada povo tem o governo que merece, tamanha tem sido a omissão e a irresponsabilidade da maioria dos vereadores, que o prefeito diz ter em seu bolso, e a morosidade da nossa justiça.

Particularmente, não mereço e nem acredito nisso. Lutar sempre, é no que devemos realmente acreditar.

Agora, quando a coisa ficou mais feia ainda, depois dessa caricatura de prefeito que temos em Pirapora ter fugido dos seus servidores como um covarde e ter sido salvo pela Polícia, e colocado num camburão (infelizmente não foi na parte onde merecia ir), algumas pessoas ligam para a Rádio Pirapora e dizem que ninguém faz nada para resolver a situação, que Pirapora não tem homem e outras coisas mais. Se tivessem ido às duas passeatas realizadas, se comparecessem às reuniões da Câmara, se tivesse ido lá no dia da votação das CPIs, se comparecessem às reuniões que os servidores da prefeitura já se cansaram de organizar, talvez elas ficassem sabendo que no fórum desta cidade já estão tramitando diversas denúncias contra este prefeito. Talvez soubessem que os cinco vereadores da Oposição e o Deputado Wanderley Ávila têm procurado as instâncias superiores em Belo Horizonte. Infelizmente, a Justiça em nosso país é muito morosa e os ministérios e secretarias às vezes repassam recursos às prefeituras e não exigem imediata prestação de contas. Estas as únicas causas para este louco ter feito o que fez com Pirapora. Não existe nenhuma macumba, nenhuma força oculta protegendo-o. Somente os seus dez vereadores. Temos que admitir que infelizmente ainda somos um povo desacostumado a esse tipo de participação popular e por isso mesmo estamos pagando este alto preço. Talvez até este prefeito maluco esteja prestando um bom serviço ao povo, o de ensiná-lo que não se deve calar ante os desmandos do administrador.

Talvez outra boa opção fosse o povo procurar estes vereadores que o prefeito diz ter no bolso dele e lhes perguntasse porque lhe dão guarida. "Ninguém sabe o porquê". Se alguém souber, escreva, por favor, para a redação deste jornal contando. Poderá ganhar um prêmio.

Quem se lembra das placas de obra nº 1, 2, 3, 4, 10, 15, 60? Onde foram realizadas estas obras? Na fazenda? Se escreverem ao jornal, aproveitem e digam também onde foi parar a grana da obra da lagoa (R\$3 milhões!!!).

Agora, quando Pirapora se viu sem o seu bom e tradicional carnaval, não o dos últimos dois ou três anos (eles só serviram para produzir mais notas fiscais frias), sentiu realmente, como se não bastasse o sofrimento dos servidores municipais, o que é ter um prefeito maluco, que aliás nunca foi visto em lugar nenhum desta cidade, nem ele nem um dos seus 40 cunhados, concunhados, amigos ou qualquer outro integrante do bando.

O que se viu neste carnaval foi dizer "Chamaram o prefeito de rato e ele não se importou. Chamaram o rato de prefeito, o rato se suicidou.". Ou, então, como dizem os versos de uma marchinha de carnaval distribuída por aí: "Walyd, você não me engana/ você tem mesmo uma cara de sacana./ Walyd, isto não se faz/ você não passa de um grande satanás. Xô, satanás/ Xô, satanás".

Quero, aqui, discordar inteiramente do Sr. Paulo Rabello, que defende a permanência do satanás no poder até o fim do seu mandato. Ele diz que escorraçá-lo agora seria um prêmio para ele, satanás. Digo que os nove meses (uma gestação) que faltam para encerrar o seu mandato servem, no mínimo, para devolver a tranqüilidade a esta cidade, a certeza de ter se livrado do satanás. Com certeza, qualquer pessoa, com um pouquinho de bom senso, negociaria com os servidores facilmente e teríamos normalizada a limpeza da cidade e a volta às aulas para 3 mil alunos. O que não existe hoje é credibilidade no louco do prefeito. Isto já ajudaria a dar alguma condição ao seu sucessor.

Está sendo aguardada com bastante expectativa a confirmação das notícias veiculadas na cidade de possível intervenção estadual no município. Vamos esperar e rezar para que o Poder Judiciário não tenha nos abandonado. É nossa única chance de nos livrarmos do inimigo público nº 1 de Pirapora!"

Presto minha homenagem a essa crônica que o Dido escreveu, porque sei que vai ficar registrada nos anais desta Casa.

Hoje, o Brasil inteiro sabe da situação em que Pirapora se encontra. O Cândido Júnior nos diz como a situação de Pirapora é delicada, e a pessoa responsável é tão insensível que conseguiu acabar até com a maior festa que a cidade tem, que é o carnaval.

Que cada um dos Srs. Deputados que tenha um amigo em Pirapora procure sensibilizá-lo, para que faça coro com o sindicato do funcionalismo público municipal. Muito obrigado.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Almir Cardoso - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo nas galerias e imprensa presente: o tema da Campanha da Fraternidade deste ano de 96

é bastante oportuno: Fraternidade e Política - Justiça e Paz se Abraçarão. Como sabemos, através dos relatos evangélicos, Jesus Cristo teve uma prática política bastante engajada, e esta foi uma das causas para a sua condenação à morte de cruz. Digo isso para reforçar que o tema proposto tem suas raízes calcadas na Palavra de Deus e na prática de Jesus Cristo.

Para nós, políticos cristãos comprometidos com a causa dos pobres, a Campanha da Fraternidade deste ano é, antes de tudo, um indicativo de que estamos no caminho certo. E mais: de que a construção do Reino de Deus começa aqui, a partir do nosso lugar histórico. Preocupa-nos sobremaneira a agressiva desigualdade social em que vive nosso País, onde enquanto uma minoria detém todo o poder econômico, mais de 32 milhões de brasileiros passam fome, perambulando pelas cidades à procura de comida para lhes matar a fome. Nos deixa indignados ver como são tratados os trabalhadores rurais sem terra, que arriscam a própria vida para conquistar o direito a um pedaço de terra, para dele tirar seu sustento. E não temo dizer que tudo isso também não é bem visto aos olhos de Deus, Senhor da Justiça e da Paz.

A CNBB, através do texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996, faz severas críticas ao neoliberalismo, hoje em moda em nosso País. São críticas que nós, do PT, estamos fazendo desde o início do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nitidamente de inspiração neoliberal. Um governo que se tem mostrado excludente, atrelado a tudo o que há de mais retrógrado na política brasileira. O texto aponta, sobretudo, para as eleições municipais deste ano. Para a CNBB, é imprescindível que os cristãos participem ativamente de todo o processo eleitoral, influenciando diretamente nas decisões que serão tomadas; do contrário, não haverá justiça nem muito menos a tão esperada paz.

O nosso País chegou em um ponto em que a convivência pacífica se torna cada vez mais distante. Enquanto os pobres lutam pela sua sobrevivência, ora ocupando terras, ora inchando as grandes cidades, formando aglomerados de famintos, os ricos vivem presos, cercados de seguranças e com medo de andar livremente. Mas, senhores, este é o preço que eles estão pagando pela injustiça que cometem com a classe trabalhadora, que o que ganha mal dá para garantir a sobrevivência. E a Igreja, enquanto instituição profética, não podia fechar os olhos diante de tal situação. Como diz o profeta Isaías, se nós ficarmos calados diante de tanta injustiça, as pedras clamarão. Queremos justiça, sim; queremos paz, sim. Mas não a paz dos cemitérios, que nos tapa os olhos não nos deixando enxergar a injustiça social que está ao nosso redor. Necessitamos da paz inquieta de Cristo Libertador. Aquela paz que não nos deixe dormir nem calar diante das injustiças. Que o pobre que passa à nossa frente não fique despercebido. Que os sem-terras, os sem-tetos, os indígenas marginalizados e os negros discriminados não nos sejam indiferentes. Que a mulher, tão à margem de nossa sociedade machista, conquiste enfim o seu lugar na política. A política necessita da coragem e da determinação feminina.

Que durante este ano de 1996, sobretudo neste período da Quaresma, nos lembremos todos nós dessas questões e de que aqui estamos para representar o povo, pois é através da política que nossa ação se concretiza. Que façamos da política o lugar de onde surgirá o homem novo e a nova mulher, de mãos dadas na luta pela conquista da justiça e da paz. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores presentes no auditório, senhores representantes da imprensa. (-Lê:)

"Nestes últimos feriados de carnaval, Minas Gerais foi campeã em acidentes automobilísticos dos quais resultaram em centenas de feridos e um grande número de mortos. Esses dados, infelizmente, se repetem sucessivamente ano após ano, chocando a sociedade mineira e trazendo uma dor sem tamanho às famílias que perdem seus entes queridos.

Geralmente após essas ocasiões, cria-se a consciência de que é chegada a hora de não mais se aceitar a situação e de se tomar providências urgentes. Faz-se grande barulho, acontecem promessas quase nunca cumpridas para logo após, no assentar da poeira, ficar o dito pelo não dito e a certeza de que nos próximos feriados novas lágrimas correrão nas faces das pessoas que certamente perderão seus amigos e familiares.

Esta Casa não pode ficar à margem desse problema. Temos que assumir com objetividade o nosso papel e ter a consciência de que também somos co-responsáveis no momento em que nos omitimos. É verdade que algumas ações foram esboçadas por esta Casa como a proibição de venda de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias do Estado e a obrigatoriedade do uso de cintos de segurança para passageiros de veículos coletivos intermunicipais, mas essas são medidas que apenas arranham o cerne do problema e tornam-se insuficientes para a proteção das milhares de vidas que são ceifadas todos os anos.

Minas Gerais é o Estado que possui a maior malha rodoviária do País. São milhares e milhares de quilômetros e a grande maioria encontra-se em péssimo estado de

conservação. Podemos contar em uma única mão as estradas que possuem pistas duplas. O relevo geográfico do nosso Estado é composto, na sua grande maioria, por serras e montanhas, e, devido a esse fato, o número de curvas seguidas de pontes e até mesmo de pontes em curva tem contribuído para nos dar o primeiro lugar em acidentes com vítimas fatais.

É preciso analisar o problema com eficiência, rapidez e determinação. Aí é que entra a figura desta Casa legislativa e o trabalho dos Deputados Federais. Podemos propor um estudo detalhado das leis de trânsito, tanto quanto as que dizem respeito ao transporte nas estradas como às que tratam especificamente do transporte urbano.

É preciso uma tomada de posição para analisarmos a eficiência das campanhas educativas que hoje são levadas ao público pelos meios de comunicação, fazendo com que haja acima de tudo uma maior conscientização das nossas obrigações no lugar de propostas punitivas para aqueles que teimam em não cumprir as leis vigentes. O Governo, por meio do DER-MG e da Secretaria de Obras não pode descuidar dos serviços básicos de conservação das estradas bem como dos itens de segurança dos veículos. É necessário um controle mais rigoroso dos veículos que estão rodando pelo nosso Estado. É comum, ao transitarmos por rodovias estaduais e federais, depararmos com veículos que não possuem as mínimas condições de tráfego. Veículos velhos, sem os itens obrigatórios, como pneus em bom estado, freios que não funcionam, enfim carros que deveriam se transformar em sucatas, mas que ainda rodam devido a legislação complacente que desafia os legisladores brasileiros.

Somente para exemplificar a situação de completo abandono e descaso dessa legislação, basta compararmos os veículos nacionais com os importados no item da segurança. Os que vêm de fora oferecem dispositivos que realmente protegem a vida dos passageiros, como air-bag, barras da segurança que circundam todo o automóvel e outras medidas que são obrigatórias nos países que exportam carros para o Brasil. E aqui? Aqui, a primeira preocupação é com o lucro. Segurança nunca foi e nunca será o principal item das nossas indústrias uma vez que as punições são apenas para os usuários e nunca para os fabricantes.

No trágico acidente ocorrido na semana passada, o qual matou 32 pessoas, ficou clara a falha na segurança desses veículos. Ao cair da ponte de uma altura aproximada de 16 metros, o ônibus simplesmente foi esmagado uma vez que o seu teto é feito de alumínio e fibra de vidro não possuindo o reforço adequado na sua parte superior como possui na parte de baixo e no chassi.

Não quero ficar aqui apenas com a retórica.

Vamos propor medidas e promover um amplo debate nesta Casa para que possamos fazer um diagnóstico mais preciso da verdadeira situação das nossas estradas bem como conhecer o que acontece com os milhões de veículos que transitam pelo Estado de Minas Gerais. Para tanto, como Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social, vamos marcar esse debate, convidando diversas autoridades ligadas ao Governo, às empresas de transportes coletivos urbanos e intermunicipais, a sociedade através de suas representações, a imprensa, enfim todos os órgãos que possam colaborar nessa grave missão de passar a limpo a segurança no trânsito de Minas Gerais. Muitas vezes, uma simples idéia, uma colaboração de qualquer pessoa pode ser a solução para se minimizar um problema aparentemente sério.

Nos Estados do Sul do País, notadamente no Rio Grande do Sul, iniciou-se uma campanha educativa apelando para que o motorista sempre faça uso dos faróis baixos durante o dia. O simples fato de estar com os faróis acesos durante o dia torna o veículo 60% mais visível aos outros motoristas, aos ciclistas e aos pedestres. Essa medida simples e praticamente sem custos, reduz em até 20% os atropelamentos em estradas e em até 15% as colisões frontais. Tão importante quanto ver bem é ser bem visto. Já é lei em outros países como na Suécia, no Canadá, na Áustria, e vamos lutar para que possa ser implantada essa lei no Brasil e de maneira especial em Minas Gerais. Estamos preparando o projeto de lei que institui o uso dos faróis acesos em veículos que trafegam nas estradas do território do Estado de Minas Gerais durante o dia e vamos apresentá-lo após o debate que acontecerá na Comissão de Saúde e Ação Social agora no mês de março. O Deputado Estadual pelo PL do Rio Grande do Sul Onyx Lorenzoni apresentou igual projeto e comanda pessoalmente essa campanha contando com a colaboração total e irrestrita do seu Governo. Os resultados são os mais significativos e animadores que poderíamos imaginar. Agora é a vez de Minas, a vez da Campeã em acidentes automobilísticos acordar e tomar as providências necessárias para evitar tanta dor e revolta em sua gente. Muito obrigado."

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas presentes nas galerias: o assunto que nos traz aqui é uma questão noticiada em todos os jornais, a qual exige um posicionamento de minha parte e, com certeza, de cada parlamentar desta Casa. Enfrentamos uma situação de grave desajuste nas finanças públicas, que se abate sobre a União, os Estados e os municípios; sintoma de aguda crise que ameaça a estabilidade conquistada pelo plano econômico, a democracia e a paz social.

Mesmo a carga tributária de 1995 tendo alcançado um dos maiores patamares dos últimos anos, o déficit verificado no conjunto do setor público ficou em torno de 4% do PIB. A esta dramática realidade devemos acrescentar, pela experiência, que déficit quase sempre acarreta inflação, falência, recessão, desemprego, os quais, por sua vez, derivam numa dramática diminuição na qualidade de vida de toda a população e na pauperização das maiorias carentes. Ainda, é preciso dizer uma dura, mas inevitável verdade: o brasileiro não suporta mais aumento na já escandalosa carga tributária a que vem sendo submetido.

Nessas circunstâncias a pergunta que nos instiga é: qual é o perfil do Estado que queremos? O conjunto da sociedade e, especialmente, a liderança política têm que enfrentar, com urgência, essa questão. O Estado de bem-estar social que se implantou como resposta ao fracasso do liberalismo clássico, para produzir justiça e para exorcizar a tentação autoritária, mostrou suas próprias fragilidades. Paternalismo e intervencionismo estatais acabaram aniquilando a iniciativa privada, fomentando o parasitismo, a inércia e a irresponsabilidade.

Empresários e trabalhadores habituaram-se a jogar a culpa de tudo nos governos e a esperar todas as soluções dos governantes, lavando as mãos diante de qualquer questão, eximindo-se, até mesmo, de responsabilidades indelegáveis, como as atinentes ao futuro pessoal, à subsistência da família, à saúde financeira da empresa, à educação dos filhos no seu mais essencial sentido. Esse modelo de administração que, no Brasil, sintomaticamente, nasceu sob a égide do Estado Novo, está definitivamente ultrapassado. Bastou recuperarmos os referenciais e a verdade econômica que havíamos perdido no caos inflacionário para mostrar-se inviável, insustentável e contraditório. A crise chegou ao limite.

A falência do sistema previdenciário, a impossibilidade de investimentos em saúde, educação, habitação e segurança, o gigantismo e a ineficiência da máquina administrativa, os cofres vazios mostram que chegamos ao fundo do poço. É preciso mudar já, antes que seja tarde demais. No âmbito federal, discute-se, neste momento, a reforma administrativa. Confessamos que, embora, no geral, concordemos com ela, nós a julgamos tímida comparada aos desafios do momento. Nós preferiríamos ver, na mesa de debates, um projeto global de reforma do Estado, isto é, ir ao fundo, para afastar as nuvens de tempestade que pesam sobre o nosso horizonte nacional, colocando-nos na senda segura de uma Nação em pleno desenvolvimento para alcançar o bem comum da nossa sociedade.

Sem fazer concessões ao credo liberal, não podemos concordar com a hipertrofia estatal vigente. É imperativo desconcentrar e descentralizar a administração pública, abrindo espaço para que a iniciativa privada e a própria sociedade assumam seu lugar e sua responsabilidade na construção de um Brasil melhor e justo. Delegar e intervir mais criteriosamente, permitindo que os particulares e os diversos setores organizados da sociedade exerçam sua criatividade e seu direito de participar nas decisões que os atingem são os princípios que se impõem na moderna administração pública.

No contexto de uma ampla discussão, consideramos legítima a preocupação com o tamanho da máquina administrativa e com o volume de gastos com os salários do funcionalismo. Em Minas Gerais, as despesas com pessoal chegaram, em 1995, a 78,12% da receita corrente líquida arrecadada. Ocorre que esse montante inclui receitas vinculadas, que não podem ser destinadas ao pagamento de salários e aposentadorias e têm seu uso previamente designado para projetos e atividades específicas. Se levarmos em conta, apenas, os recursos ordinários correntes, ou seja, o que, efetivamente, o Governo tem livre no cofre para gastar com pessoal, custeio, dívidas e investimentos, chegamos à conclusão de que Minas depende com pessoal 95,58% do que arrecada, o que é um absurdo.

Não devemos fazer do funcionalismo público o bode expiatório desse processo de racionalização e modernização, o que seria uma injustiça, se considerarmos tantos servidores capazes, bem preparados e honestos que executam suas tarefas como autêntico sacerdócio. Trata-se, entretanto, de uma situação objetiva. A máquina estatal não pode ser um fim em si mesma. Ela não pode existir, apenas, em função do próprio conservar-se, pois sua razão de ser é servir ao bem comum. As práticas do passado, em que cargos públicos eram moeda eleitoral corrente, provocaram um crescimento desmedido dos quadros funcionais e têm que ser abolidas. Devem acabar os cargos e as funções comissionados.

A reforma e a modernização da administração pública é uma prioridade inquestionável. Levá-la a cabo com a desejável profundidade, sem desvirtuar seus objetivos originais é tarefa que exige firmeza. Será preciso mudar toda uma cultura e extinguir privilégios, será inevitável contrariar interesses de corporações poderosas, mas não se pode ter medo de fazer mudanças que são inadiáveis. Ora, é preciso que o Poder Legislativo assuma seu papel na condução desse processo de transformação. A nós, como representantes do povo, cabe a responsabilidade de cuidar dos seus legítimos interesses para que todas as decisões sejam tomadas com justiça. Se não soubermos

tomar as decisões certas e necessárias nesta hora decisiva, poderemos estar desperdiçando uma oportunidade de ouro para o futuro do Brasil e, especialmente, de Minas Gerais.

É preciso compreender que é melhor ficar com a razão e com a sociedade que temer o alarde de uma minoria de privilegiados. O povo nos julgará pelo que fizermos para pôr fim ao clientelismo e ao gigantismo da máquina estatal, isto é, para assegurar a estabilidade econômica e garantir o pão na mesa do trabalhador. É mais importante ter a consciência tranqüila e ser aprovado no julgamento popular que recuar diante das pressões de um e outro lado. Que as reformas sejam feitas com total transparência, com plena clareza de objetivos e sem perseguições políticas. Entretanto, que se faça o que deve ser feito. O contribuinte não pode continuar sendo massacrado para fazer face a folhas de pagamento que fogem à racionalidade. O salário do trabalhador não pode continuar sustentando a hipertrofia estatal e alimentando um perverso processo de concentração de renda.

Com base nessas considerações, vemos, com satisfação, que chegam a esta Casa as primeiras propostas para a reforma administrativa estadual. São, ainda, propostas tímidas, porque medidas mais profundas dependem das alterações que deverão ser feitas na Constituição da República, mas já são o indício de que Minas continua na frente e empreende sem temor as mudanças inadiáveis exigidas pelo momento presente. Estejam certos de que novas medidas virão, e, se, para salvar os interesses da sociedade, for preciso quebrar privilégios, isso tem que acontecer. O importante é que tudo se faça segundo a lei, o respeito ao direito, mas com firmeza, sem titubeios ou recuos.

Temos a convicção de que os congressistas saberão, nesta hora, desincumbir-se da missão que a história lhes coloca nas mãos e dotar nosso ordenamento jurídico de instrumentos para uma reforma do Estado definitiva, eficaz, apta a corrigir as distorções crônicas que, nos dias de hoje, cobrem de sombras e incertezas os horizontes pátrios. Temos a confiança de que os nobres colegas Deputados Estaduais não negarão seu apoio a um processo que promete, para nossa gente, dias melhores, de paz e prosperidade.

Medidas que, a princípio, podem parecer duras, são, entretanto, a garantia de que nosso povo poderá ter atendimento médico de qualidade, saneamento básico, educação, habitação e segurança. De nós depende que o Estado retome sua capacidade de investimento nos setores e serviços prioritários. De nós depende a retomada do desenvolvimento sustentável, a geração de empregos, a supressão das disparidades regionais. Ao enfrentar os desafios da reforma administrativa, pensemos no que 16 milhões de mineiros esperam de nós. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, em outubro do ano passado visitei Pirapora, atendendo a insistentes convites que havia recebido de companheiros do PT, para visitar a cidade e lá fazer uma reunião para se discutir sobre ética na política.

Confesso, também, aos senhores que fui pela vontade e pela curiosidade de conhecer o rio São Francisco. Já tinha estado antes em Januária para uma reunião, mas a visita foi tão corrida que não conheci o famoso rio. E aquela curiosidade, aliada aos convites dos companheiros, possibilitou-me conhecer a hospitalidade do povo de Pirapora. Ao chegar lá, pude constatar, "in loco", algumas denúncias que eu havia ouvido de corrupção existente naquela Prefeitura. O Prefeito da cidade, Sr. Walid Ramos Abdala, estaria se apropriando do dinheiro público.

Eu ouvi aquele povo. É claro que, no meio daqueles que falaram, daqueles que reclamaram, estavam alguns dos que hoje estão aqui apoiando o Prefeito. Ouvimos as seguintes reclamações: já não havia coleta de lixo; muitos professores estavam abandonando as escolas; o pagamento estava atrasado. No ano passado, visitei Pirapora. Hoje, temos o prazer de ver invertida a situação. Recebemos a visita de piraporenses, Sr. Presidente. Hoje, recebemos a visita de piraporenses. Estamos entendendo essa visita como um gesto de democracia. À nossa frente estão aqueles que vieram em quatro ônibus para defender o Prefeito. Não sabemos quem financiou os quatro ônibus. À nossa direita estão aqueles que vieram para ajudar na denúncia. Vieram em um ônibus, que foi financiado pela Bancada do PT. Queria dizer mais: ouvi de várias pessoas que, entre aqueles que vieram para defender o Prefeito, está o Secretário de Finanças, Sr. Antônio de Souza Filho, estão pessoas que ocupam cargo de confiança, mas também estão trabalhadores públicos do município, inclusive gente que está movendo ação na justiça contra o Prefeito, porque não recebem seu pagamento. Não questionamos a presença do Secretário de Finanças, Sr. Antônio de Souza Filho, nem a dos que têm cargo de confiança, apoiando o Prefeito. Eles têm motivos pessoais e até inconfessáveis para esse apoio. Questiono, sim, aqueles que foram aliciados. Não quero julgá-los, até entendo a situação. Uma pessoa cansada, estressada, com pagamento atrasado, aceita dar um passeio em Belo Horizonte; ainda mais quando, juntamente com o passeio, vai receber de R\$10,00 a R\$50,00. É isso que ouvimos. Alguns estão recebendo R\$10,00; outros recebem R\$20,00, R\$30,00 e outros recebem até R\$50,00 para vir a Belo Horizonte. Não sei que argumentos teriam aqueles que defendem

o Prefeito, além dos gritos que dão. Gostaria de entendê-los. Sei dos argumentos que ouvi em Pirapora e que ouvi aqui desse pessoal ao Prefeito.

Pirapora é uma cidade que tem uma arrecadação de cerca de R\$1.000.000,00 por mês. É a segunda em arrecadação no Norte de Minas. Apesar disso, funcionários estão com o pagamento atrasado de 8 a 11 meses. Mais ainda: 3.702 alunos perderam o ano de 1995, porque os professores se cansaram e deixaram a escola. A coleta de lixo não está sendo feita na cidade. Entendo que o Deputado Wanderley Ávila, que me precedeu, tenha falado, aqui, que Pirapora virou um lixo. Entendo a reação dele. Ninguém quer ver sua cidade chamada de lixo. Entendo que o Deputado Wanderley Ávila tenha feito esse comentário, num arroubo de indignação. É força de expressão, porque montes de lixo estão pela cidade toda.

Quero lembrar, aqui, uma quadrinha popular, de uma música muito bonita. "Toda cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha, na sua cidade, que se começa a ser feliz". Pirapora, com cerca de 50 mil habitantes, é uma cidade bonita. É uma cidade hospitaleira, e os seus filhos, que protestam, aqui, hoje, não querem, naturalmente, vê-la transformada num caos. Eles estão exercendo o seu direito de cidadania. Quero dizer algo aos senhores, mas não me dirijo àqueles que estão no meio da corrupção; não me refiro àqueles que fazem parte do secretariado; não me refiro aos que têm cargo de confiança. O meu apelo vai para aquele que está aí na frente, no meio dos corruptos que defendem o Prefeito. Aquele que veio, por R\$10,00, por R\$50,00. Que vocês, companheiros empobrecidos, espoliados, quando voltarem para sua cidade, ponham a cabeça no travesseiro e pensem que está na hora de exercer a cidadania, que está na hora de começar a ser feliz. Sr. Presidente, eu gostaria de ter garantia de fala.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, contra fato não há argumento; contra fato não adiantam gritos; não adianta fúria; não adianta paixão. Acabamos, agora, de participar de uma coletiva com a imprensa, onde um Vereador da cidade, juntamente com o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos e, ainda, o advogado dos servidores públicos, Dr. Januário Lacerda, trouxe inúmeras notas frias da Prefeitura de Pirapora. Só para os senhores terem uma idéia, em 1993, no mês de julho, o Prefeito e aqueles que o apóiam se apoderaram de quantia equivalente a R\$81.000,00. Só em um mês! Todas as contas, notas frias e notas de empenho estão em nome das firmas e empresas da cunhada e de outros parentes do Prefeito, e todos os valores foram depositados numa mesma conta bancária, em nome do Sr. Pedro Ronaldo Alves. Essas notas estão em poder da imprensa. São notas frias.

Tenho a certeza de que aqueles muitos, não todos, mas muitos, que aqui, hoje, estão defendendo o Prefeito, não têm conhecimento disso, porque, se tivessem, pela honestidade que acredito que ainda existe em vocês, não viriam aqui defender corruptos que exploram Pirapora. Era o que tínhamos a dizer.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dois assuntos de grande importância me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro deles diz respeito à apreciação pelos ilustres pares de projeto de lei com o seguinte teor. (- Lê:)

"Estabelece a obrigatoriedade de esclarecimento dos efeitos de uso de drogas nas escolas das redes pública e privada do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os currículos de 1º e 2º graus das Escolas das redes pública e privada, obrigatoriamente, devem incluir disciplina esclarecedora dos efeitos do uso das drogas entorpecentes e psicotrópicas, assim entendidas aquelas que causam dependência física ou psicológica.

Art. 2º - Ao Conselho Estadual de Educação compete elaborar o programa curricular básico, considerando-se a realidade social e cultural do Estado.

Art. 3º - A disciplina poderá ser ministrada de forma isolada ou inserida em outra matéria.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário."

Quero justificar, Sr. Presidente: o projeto de lei ora submetido à apresentação da Assembléia Legislativa objetiva derrubar o tabu com o qual as drogas têm sido tratadas. As nossas crianças precisam ser orientadas para que, quando jovens, não caiam no equívoco que já ocasionou tragédias incontáveis nas sociedades de quase todos os países.

De acordo com os estudiosos do problema, todas as drogas podem causar dependência psicológica. O usuário passa a viver em função da droga. A dependência física acontece quando o corpo humano se adapta de tal forma à droga que passa a precisar dela para seu funcionamento normal.

Considero oportuno lembrar aos ilustres membros do Poder Legislativo que a aprovação desse projeto não contraria a Constituição Federal, que, em seu art. 24, IX, diz que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto". Por essas razões, contamos com o apoio dos

nobres pares desta Casa para a aprovação do projeto de lei em tela.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o outro assunto de importância que me traz à tribuna é relativo à questão do turismo. No ano passado, houve aqui um seminário sobre turismo. Como sou muito objetivo com relação à exploração turística no nosso País e, fundamentalmente, no Estado de Minas Gerais, quero debater essa questão no ano de 1996. Nós precisamos, como representantes do povo, sair do sonho e da utopia e cair na realidade. A exploração turística no nosso País está tão distante que, se fizermos política hoje, no começo de 1996, os efeitos só virão a beneficiar a Nação brasileira daqui a, no mínimo, 40 ou 50 anos, tal é o atraso em que se encontra a nossa exploração turística.

A "Folha de São Paulo" do dia 21/2/96 traz o seguinte editorial. (- Lê:)

"Os dados são eloquentes e não podem apenas fazer parte de uma simples querela bairrista: segundo a Associação Brasileira de Agentes de Viagens, em 95 o Brasil recebeu menos turistas que a Argentina (3,9 milhões) e o Uruguai (2,2 milhões). Visitaram o país em 95 1,8 milhão.

Em se tratando de países com problemas econômicos similares, parece difícil justificar tamanha disparidade entre eles na captação de uma demanda por serviços que, afinal, representam uma preciosa fonte não apenas de divisas, mas também de postos de trabalho diretos e indiretos. Além disso, o potencial geográfico de atração turística do Brasil é incomparavelmente mais elevado que o dos outros vizinhos.

Considerando que há dez anos os visitantes somaram 2 milhões, e que só entre 86 e 90 o Brasil perdeu quase 1 milhão de visitantes, parece evidente que o país está carecendo de uma política mais agressiva de atração de turistas.

Não se podem menosprezar pelo menos três fatores que contribuem para a tímida performance do Brasil. A imagem do país no exterior mantém-se bastante negativa no que se refere a esse setor, sendo ainda muito fortemente associada a violência urbana e devastação ambiental. Além disso, a falta de investimentos em promoção e infraestrutura tende infelizmente a reforçar essa imagem. Por fim, o elevado custo das viagens, agravado pela sobrevalorização do real, torna pouco atrativa a locomoção para cá.

É evidente que tanto a quebra do monopólio na navegação de cabotagem quanto a dilatação de 3 para 5 meses no prazo de concessão de vistos, recentemente aprovadas, poderão dar algum fôlego à atividade turística. Mas talvez o país não possa se dar ao luxo de, primeiramente, "arrumar a casa", como propõe o presidente da Embratur, para depois voltar a atrair turistas.

Do contrário, a indesejável modalidade do turismo sexual e o deletério tráfico de menores acabarão sendo os únicos e deploráveis atrativos para uma espécie de demanda que não se deseja cativar."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil não tem estradas. O Brasil possui o mais caro custo de vida do mundo, fundamentalmente para o turista; não dispõe de hotéis em diversos pontos necessários e, quando eles existem, são caríssimos, se comparados aos da Europa, dos Estados Unidos e até mesmo de outros países do Caribe e da própria América do Sul. Como podemos pensar em ficar debatendo o assunto e realizando seminários sem nenhuma ação, sem nenhuma reação legalista que nos permita antever um futuro para que, como disse no começo da minha conversa, daqui a 40, 50 anos possamos usufruir desses benefícios propiciados pelo turismo?

Os países adiantados da Europa, os Estados Unidos e outros países do mundo, exploram o turismo, sendo que 50, 60 ou até 70% de seus recursos vêm da indústria turística. O Brasil está decaindo. Existem nada mais, nada menos do que as atrações turísticas naturais. Não existe, na verdade, estrutura. Não existe chamativo para atrair o turista, aqueles que têm dinheiro como o europeu, o americano, o japonês, o asiático, para aqui virem gastar, gerando renda para o País, deixando aqui seu dinheiro e dando, por meio dos serviços necessários, emprego aos brasileiros. Caso você vá a uma churrascaria gaúcha aqui em Minas Gerais, em Belo Horizonte, assente-se e sirva-se de um rodízio, levantará e pagará de R\$22,00 a R\$25,00 por pessoa. Sr. Presidente, serve-se, num restaurante em Paris, por R\$20,00 ou R\$18,00 o mesmo cardápio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pega-se um avião, hoje, em São Paulo e chega-se a Buenos Aires, a quase 2.000km de distância, pagando-se R\$208,00. Pega-se um avião aqui, em Belo Horizonte, para ir a Uberlândia, pagando-se R\$230,00.

Gostaria de continuar debatendo o assunto mas recebi o sinal avisando que meu prazo regimental se esgotou. Mas voltarei ao assunto em outra oportunidade, porque quero, aqui, desmascarar essa falsa pregação de que o turismo brasileiro é viável e pode ser explorado.

Não é viável, não pode ser explorado por isso que estou dizendo aqui. Aqui está a "Folha de S. Paulo", que fez o levantamento. Estou apenas complementando, porque a "Folha" não disse nada disso.

Sr. Presidente, quero voltar a falar desse assunto no transcurso desse ano legislativo.

Discursos Proferidos em 28/2/96

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupo este microfone, hoje, para externar, por enquanto, uma posição pessoal, embora política, é lógico. Não é, de maneira nenhuma, uma posição da nossa Bancada do PL, nesta Casa, liderada pelo ilustre Deputado Olinto Godinho. Não é também uma posição, ainda, da Comissão de Meio Ambiente da nossa Assembléia Legislativa, presidida pelo ilustre Deputado Ivo José. O que queremos é antecipar à comunidade mineira e à sociedade brasileira o nosso posicionamento contrário a uma possível vinda para o nosso País, e até para o nosso Estado, de um espetáculo que, na nossa visão de ambientalista, é deprimente: as touradas.

No Estado de São Paulo, alguns empresários, no afã de ganhar dinheiro, de fazer negócios, repito, no afã único e exclusivo de ganhar dinheiro, querem implantar naquele Estado e no País as touradas, pedindo, inclusive, o apoio do Consulado da Espanha em São Paulo. A reação dos ambientalistas paulistas levou a organização até a fazer ameaças, dizendo que, se São Paulo não aceitar realizar ali aquele "espetáculo", os empreendedores levarão o evento para outras cidades do próprio Estado ou para outra cidade do Brasil.

O que queremos, já antecipando uma posição possível do nosso Partido e da nossa Bancada ou da Comissão de Meio Ambiente desta Casa ou, ainda, da própria Casa, é tornar público o nosso pensamento ambientalista, que é completamente contrário à possível implementação desse "esporte", da tourada aqui em Minas Gerais, notadamente em Belo Horizonte. A nossa preocupação tem razão de ser, porque alguns empreendedores são pessoas bastante ricas, preocupadas única e exclusivamente em ampliar seus negócios, em ganhar dinheiro, sem nenhuma preocupação com a sociedade, com o homem ou com os animais. Por isso é que queremos fazer coro com os ambientalistas paulistanos que, já preocupados com essa questão, estão trabalhando para que não haja nenhuma possibilidade de realização desse evento na cidade de São Paulo.

Recebemos, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, uma vasta documentação e vários esclarecimentos da Liga de Prevenção à Crueldade contra o Animal, que tem sede aqui em Belo Horizonte e é presidida pela advogada Edna Cardoso Dias. Essa documentação é não só ampla, vasta, mas acima de tudo trata do meio ambiente, traz muitas informações, muitas fotografias e mostra, principalmente, as torturas a que é submetido o animal, boi ou cavalo, quando participa dessas malfadadas touradas. Relaciona cerca de uns dez prejuízos, vamos assim dizer, em relação ao animal, com todas as suas dificuldades e, principalmente, com todos os seus sofrimentos. Segundo informações dessa Liga, o animal é, inclusive, drogado antes de participar desses eventos.

Queremos, então, Sr. Presidente, dizer que estamos com essa documentação à disposição de todos os senhores que têm a responsabilidade de conduzir politicamente a sociedade mineira. Queremos também apresentar nossa posição clara e transparente contra a possível, embora longínqua, possibilidade de que esse evento, a denominada tourada, importada da Espanha, venha para o território de Minas Gerais, mesmo porque a Constituição Federal prevê a proibição de crueldade para com os animais. E a Constituição Estadual, de cuja elaboração tive a honra e o prazer de participar, sendo relator da temática do meio ambiente, diz claramente que é proibida a crueldade contra os animais. É bom que a nossa imprensa já noticie para esses empreendedores que, tendo dificuldade em se instalar no Estado de São Paulo possam querer pensar na possibilidade de vir para Minas Gerais, que eles terão, na ação desse Deputado, desse político comprometido com a causa ambiental um adversário ferrenho, que vai trabalhar e sensibilizar as autoridades governamentais do Estado de Minas Gerais, as nossas secretarias afins, os nossos parlamentares para que todos, irmanados, possamos deixar claro, desde o princípio, a nossa luta contra qualquer possibilidade de que a tourada seja implantada em Minas Gerais ou mesmo no Brasil. Gostaria de reafirmar que está à disposição de todos uma vasta literatura para ilustrar esse nosso posicionamento, que será levado à Bancada do PL e à Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa, público presente nas galerias, nos dias 10 e 11 de fevereiro próximo passado, Belo Horizonte foi sede de um encontro histórico: o 1º Encontro Mineiro de Rádios e TVs Comunitárias, promovido pelo Comitê Minas do Fórum Nacional de Democratização. Estavam presentes cerca de 150 pessoas de 58 cidades e 62 entidades da grande BH e do interior do Estado. Os participantes do encontro redigiram a Carta de Belo Horizonte pela Radiodifusão Comunitária, que passo a ler para que fique registrada nos anais desta Casa Legislativa:

"Carta de Belo Horizonte Pela Radiodifusão Comunitária*

Nós, cidadãos e cidadãs do Estado de Minas Gerais, representantes de 62 entidades de 58 cidades, todos participantes de ONGs, associações comunitárias e culturais, sindicatos, partidos políticos, Prefeituras, emissoras, centros de produção e parlamentares, comprometidos com a democratização dos meios de comunicação e com o

desenvolvimento da radiodifusão comunitária e popular, declaramos que:

1 - A liberdade de expressão é um direito fundamental das pessoas e dos povos e é a maior garantia da justiça social, da democracia e da paz.

2 - A sociedade civil, organizada das mais diferentes maneiras, pode e deve exercer sua liberdade de expressão construindo meios próprios de comunicação como rádios, TVs, produtoras, jornais comunitários, etc.

3 - Neste desejo permanente de garantir o direito à voz e expressão aos setores marginalizados e empobrecidos das nossas comunidades, centenas de grupos e pessoas vêm montando e colocando no ar suas rádios e TVs e produzindo seus programas em Minas Gerais e em todo o país, o que legitima cada vez mais esta experiência a caminho do reconhecimento legal.

4 - A legislação de radiodifusão vigente no país serve principalmente para reforçar o monopólio e a exclusão social, dentro do processo de globalização em curso. Neste quadro, as rádios e TVs comunitárias e populares tornam-se espaços de participação cidadã onde se expressa a diversidade cultural, étnica, de gênero, de opiniões, materializando na prática a democratização da comunicação.

5 - Repudiamos as ações do Governo e principalmente de alguns empresários da comunicação, beneficiados por concessões públicas de radiodifusão sobre as quais a sociedade não foi consultada, que insistem em interromper o trabalho legítimo das rádios comunitárias e populares. O fechamento ilegal e arbitrário de emissões, a apreensão de equipamentos, o achincalhe com nossas experiências devem ser condenados pela sociedade.

6 - Os governos devem não somente liberar como garantir a existência e o desenvolvimento da comunicação comunitária e popular, dando segurança e assistência técnica às suas transmissões, bem como criar linhas de financiamento nas políticas sociais para rádios e TVs comunitárias. Deste modo, o governo estaria garantindo um equilíbrio democrático entre as 3 formas de comunicação: a estatal, a privada e a propriedade social de gestão pública.

7 - As frequências e potências devem ser compartilhadas igualmente entre todos os setores da sociedade. Portanto, uma cota de frequências e potências deve ser garantida para entidades sem fins lucrativos nas bandas de FM, AM, TV, Canais de TV a cabo, MMDS e rádio digital.

Com estas preocupações, e no desejo de uma comunicação democrática no Brasil e no mundo, o Movimento de Minas Gerais se une ao Fórum Nacional de Democratização dos Meios de Comunicação, ao Grupo das 8 Redes Internacionais (UNIRR) e a todas as pessoas e entidades comprometidas com os princípios contidos nesta declaração.

E nos comprometemos a:

a - Nossas emissoras serão verdadeiros exemplos da democracia na comunicação que defendemos. Em nossos programas garantiremos a participação de todas as vozes. Na gestão das rádios e TVs comunitárias e populares garantiremos a participação dos mais diferentes setores da comunidade alcançada pela emissora (gestão pública).

b - Nossas emissoras serão insistentes na defesa dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, da identidade étnica e cultural, na valorização das crianças, dos idosos e dos jovens, na participação dos deficientes e de todos os excluídos da sociedade, pela afirmação da soberania nacional bem como na denúncia da corrupção, da violência e discriminação de qualquer espécie.

c - Garantir a participação das mulheres em nossos meios de comunicação em todos os níveis. Isto significa apresentar uma imagem real e valorizada da mulher no rádio e na televisão, com a produção de programa a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero. Entendemos que é urgente nossa contribuição para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres há tanto tempo reivindicada pelos movimentos sociais e contida nas declarações internacionais das quais o Brasil é signatário, especialmente a recente Declaração de Pequim.

d - Defender o exercício ético da prática comunicativa. Isto significa a rejeição à manipulação de fatos e a vinculação a interesses particulares e de grupos, abolindo os ataques pessoais e à moral das pessoas afirmando, sobretudo, a pluralidade e o mais absoluto direito de resposta.

e - Lutar, não apenas pelo reconhecimento das rádios e TVs comunitárias, mas também pela democratização da comunicação em geral. E no caso particular de Minas Gerais torna-se urgente lutar pelo controle social da Rádio Inconfidência e da TV Minas. Estas emissoras são propriedade do povo de nosso Estado, financiadas com nossos impostos e não dos interesses privados e políticos, o que desvirtua seu caráter público. Torna-se urgente o controle social destas emissoras.

f - Criar uma entidade que reúna as produtoras, emissoras e rádios e TVs comunitárias mineiras que partilhem esta declaração de princípios. Essa entidade se comprometerá a participar, apoiar e divulgar o trabalho das entidades e redes nacionais e internacionais que, como nós, sonham e lutam por um futuro de dignidade, paz e comunicação democrática entre os povos deste planeta.

Saudamos com muita alegria e esperança a unidade alcançada pelo Movimento de Rádios

e TVs Comunitárias neste encontro histórico.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 1996."

Seguem-se as assinaturas dos participantes do 1º Encontro Mineiro de Rádios e TVs Comunitárias. Muito obrigado.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, pessoal da imprensa, assessoria. Deveria estar aqui hoje, nesta Casa, para participar do Ciclo Nacional de Debates, o maior evento da Assembléia Legislativa, nosso companheiro Ney Bitencourt de Araújo; mas, infelizmente, no dia 12 de janeiro, perdemos o Ney, que era Diretor - Presidente do Grupo AGROCERES e Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness. O Ney Bitencourt de Araújo é filho do nosso saudoso Antônio Secundino, de São José, que emprestou seu nome para homenagear pessoas de destaque em Minas Gerais, por meio da Lei nº 10.573, promulgada em 1991. Ney Bitencourt de Araújo, sem dúvida nenhuma, era o maior defensor da agropecuária no País, porque não defendia apenas o segmento isolado corporativamente, mas sabia muito bem defender a agropecuária no conceito do "agribusiness", ou seja, a cadeia completa, desde a fase de produção e distribuição de máquinas, insumos e equipamentos, passando pela fase de produção da matéria-prima, indo ao processamento através da agroindústria, até o abastecimento da mesa do consumidor. Está aí a importância da nossa agropecuária. O "agribusiness", hoje, cuja cadeia completa é polarizada pelo setor agropecuário, representa nada menos do que 40% do PIB nacional. Isso significa 50% da mão-de-obra empregada neste País. Em Minas Gerais, esses números são maiores. No nosso Estado, esse número cresce para mais de 50% do PIB e, se formos a uma região localizada, como a região do Triângulo Mineiro, o PIB, que gira em torno da agropecuária, chega a atingir níveis de 85%. De maneira que é com muito pesar que registramos a perda do nosso companheiro Ney Bitencourt de Araújo, grande defensor do desenvolvimento.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de dizer que Minas Gerais, no contexto da sua economia, tem deixado nosso segmento do "agribusiness" completamente abandonado. Basta ver que a nossa agroindústria, sem dúvida a locomotiva maior que Minas Gerais tem para fortalecer a sua economia, experimenta a omissão dos Governos de Minas Gerais. Até mesmo a participação do Governo Federal ao apoiar o Centro-Oeste se reflete na nossa agroindústria, fazendo com que a agroindústria brasileira não se estabeleça em Minas Gerais e sim em Estados que têm maior incentivo federal e estadual. Trago aqui, para apreciação dos senhores Deputados, em um tom de denúncia, o fato de que Minas está perdendo muito e o Governo Federal, através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, passa, efetivamente, a prejudicar o nosso Estado. Goiás e Mato Grosso do Sul são Estados, hoje, tão desenvolvidos na sua característica social quanto Minas Gerais. Não há razão para a discriminação de Minas em detrimento de Estados como Goiás e Mato Grosso do Sul. O Governo de Minas tem feito belas planilhas para as montadoras, para as Mercedes, as Volkswagen, as Samsung da vida, ação que merece o nosso aplauso.

Mas sabemos que quem faz a economia não são as grandes empresas. A consistência da economia brasileira, ou mesmo mundial, vem das pequenas e médias empresas. E essas estão entregues à própria sorte. Estão, até mesmo, nas mãos dos fiscais da receita do Estado, um Estado eminentemente tributarista e que, às vezes, nem lhes dá "chance" de defesa, por falta de apoio jurídico, por falta de apoio contábil. Elas acabam, ao final, sendo as mais sacrificadas.

Sr. Presidente, quero aproveitar o tempo que me resta para tocar num segundo assunto: a reforma administrativa que está sendo desenvolvida pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Apóio integralmente essa reforma, porque temos de entender que o mundo passa por uma transformação muito grande. A racionalidade tem de fazer parte também do poder público. A iniciativa privada já vem, há mais tempo, fazendo o seu processo de enxugamento, de racionalização. Evidentemente, o poder público não pode ser uma peça isolada do resto da sociedade. O que esperamos é que o Governador - e tenho certeza disso - faça essa reforma, cortando o que deve ser cortado, mas com senso de justiça, sobretudo com relação aos trabalhadores da rede pública.

Por outro lado, equilibrar as contas do Governo parece-me o principal objetivo da reforma, e o grande problema é, na verdade, a falta de recursos financeiros. Equilibrar o orçamento exige aumento da receita, ou diminuição de gastos. O Governo opta, agora, pela diminuição de gastos, mas tenho certeza absoluta de que o Estado deveria estar um pouco mais preocupado com o aumento da sua receita. Minas tem pecado muito quanto a esse aspecto. Tem deixado o seu turismo ir para outros Estados, tem abandonado a sua agroindústria e não tem prestigiado as pequenas e médias empresas.

Num tom de denúncia, gostaria de falar das ações que são eminentemente de Governo e que estão prejudicando fortemente Minas Gerais. Primeiro, com relação à chamada elisão fiscal. Vou exemplificar concretamente. Uma empresa que produz leite longa vida paga 18% de ICMS em Minas Gerais; no Estado de São Paulo, o longa vida tem imposto de 7%. Essa empresa pratica a elisão fiscal, ou seja, pega a sua mercadoria -

o leite longa vida - e transfere para um depósito fictício no Estado de São Paulo. No caso de Uberaba, esse depósito fictício está em Igarapava, e no caso de Uberlândia, em Goiás. A empresa faz um passeio com essa mercadoria e passa entre Estados com o ICMS de 12%, a preço de custo. Isso significa que Minas Gerais deixa de arrecadar nessa transação bastante imposto, que poderia estar reforçando a nossa educação, a nossa saúde e outras ações sociais.

Falo isso num tom de denúncia, porque as autoridades mineiras não estão enxergando o quanto o Estado perde com essa operação. O pior é que, se cortarem esse passeio da mercadoria, poderão quebrar as indústrias mineiras, pela diferenciação do ICMS entre Minas e São Paulo. Os atacadistas próximos das fronteiras de São Paulo ou de Goiás também praticam essa elisão fiscal, ou seja, transferem mercadorias a preço de custo, com um imposto de 12%, e ganham um crédito, evidentemente, de 6%, porque o imposto aqui é de 18%.

Minas Gerais vem perdendo muito também com relação à falta de incentivo ou até mesmo ao bloqueio à iniciativa de alguns novos empreendimentos. Pasmem os Srs. Deputados, nosso Estado não tem serviço de inspeção sanitária. Temos várias empresas de processamento de alimentos e bebidas prontas, com os investimentos já concluídos, e Minas não tem estrutura para, simplesmente, conceder o alvará sanitário de funcionamento das novas empresas.

Cito o exemplo de uma empresa que fabrica iogurte no Município de Veríssimo, próximo a Uberaba, que não pode comercializar seu produto fora do município porque o Estado é o responsável pela emissão do alvará sanitário. Se o Estado, hoje, preocupa-se em cortar gastos, nós, Deputados, temos de fazer com que o Estado enxergue que aumentar a receita talvez seja um caminho tão importante quanto diminuir os gastos. O Estado de Minas Gerais tem, sem dúvida, um potencial muito grande para o desenvolvimento do setor produtivo. Mas, infelizmente, a mentalidade belo-horizontina está bloqueando o desenvolvimento do setor produtivo, e, com isso, menos empregos e receitas são gerados para o setor público.

Deixo, aqui, essa mensagem, no momento em que o mundo inteiro passa por uma verdadeira reflexão, e o Estado de Minas Gerais passa por um processo de reforma significativa e necessária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para falar sobre o requerimento que estamos enviando ao Presidente da Comissão de Defesa Social desta Casa, Deputado Djalma Diniz, a respeito da convocação dos Secretários de Segurança, Sr. Santos Moreira, e da Justiça, Deputado Tarcísio Henriques, para falarem à sociedade mineira sobre a fuga de presidiários de alta periculosidade dos presídios de Minas Gerais. Da fuga, da soltura com negligência ou da facilitação por parte dos próprios dirigentes de presídios ou de autoridades, sejam elas estaduais ou judiciárias. O que não pode acontecer em Minas Gerais é que bandidos, condenados por matar sete ou oito pessoas, fiquem em liberdade.

Vejam bem, V. Exas., na última semana, um cidadão conhecido por "Negão", condenado por várias mortes, juntamente com outro cidadão conhecido como "Baianinho", condenado por sete homicídios, chegando até a devorar o coração de uma vítima, tiveram suas penas reduzidas por um Juiz.

Gostaria de fazer uma avaliação, que não é racional, mas muito emocional, tentando descobrir quem é o bandido da história. O cidadão, com a folha corrida de sete homicídios, tendo devorado o coração da oitava vítima, ou o Juiz, que deu remissão de pena para que esse cidadão fosse colocado em liberdade como um cidadão comum? Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha opinião pode ser emocional, mas o bandido é o Juiz, porque ele é formado, concursado, ocupa um cargo público que traz conseqüências para a sociedade. Um Juiz que dá remissão de pena para um cidadão desses deveria estar no seu lugar. Nem devia ser na cadeia, e sim na jaula. Ele é mais nocivo à sociedade do que o criminoso irracional.

Temos aqui perto, a uma distância de cerca de 115km de Belo Horizonte, uma cidade chamada Nova Era, que possui um garimpo onde a maior parte de seguranças é composta de bandidos condenados, a serviço de Juizes, Delegados, Coronéis. E o interessante é que toda a sociedade se cala. Portanto, estou fazendo um pedido de convocação dos Secretários de Segurança e da Justiça para que consigam, no mínimo, tentar tapear este Deputado que vos fala com alguma embromação a respeito do fato desses criminosos andarem soltos em Belo Horizonte e em todas as cidades do interior de Minas Gerais.

Veja bem, V. Exa., que um outro, há poucos dias, assassinou covardemente um detetive na Avenida Santos Dumont, no centro de Belo Horizonte. Esse bandido também foi condenado e solto pela justiça ou por quem quer que seja, e hoje se discute, através da imprensa e de todos os órgãos sociais do nosso Estado, se a invasão do Pronto Socorro, por parte dos policiais que queriam vingança, é legal ou não. Ninguém foi atrás do cidadão que colocou esse marginal na rua para matar impunemente, roubar, assassinar pessoas inocentes. É triste saber que no nosso sistema penitenciário há negligência, mas também muita corrupção. Acho que minhas declarações não são, talvez, tão racionais, mas são muito emocionais, porque é uma covardia gente de bem querer

tapar o sol com a peneira em uma discussão social sobre o que é certo e o que é errado, quando uma entidade faz ou pessoas de bem fazem, mas não querem saber quem coloca bandidos à solta na rua, ou por negligência ou até para rachar produto de roubo da sua criminalidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos visitam, imprensa aqui presente, nesta manhã, a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais deu o primeiro passo efetivo no sentido de realmente se inteirar acerca do processo de reforma administrativa que o Governador está fazendo no nosso Estado. Até então, esta Casa vinha agindo como mera expectadora. As notícias que nos chegaram foram, todas elas, veiculadas através da imprensa. E, se houve algum grupo seletivo de Deputados que participou de um detalhamento, de uma discussão mais ampla com o Governo ou sua equipe, tenho certeza de que não foi a maioria dos Deputados desta Casa. E a Comissão de Educação, ao ouvir a Secretária de Educação, a Sra. Ana Luísa, efetivamente entrou no processo como co-responsável, porque este Poder não pode ficar à margem de uma decisão tão importante como esta, sem se inteirar das medidas que estão sendo tomadas pelo Sr. Governador do Estado, medidas importantes para Minas Gerais.

Inicialmente e oficialmente, tivemos a notícia de que o Estado, no setor educacional, dispensou os serviços de 32.000 funcionários que prestavam serviços através de contratos administrativos.

Funcionários, como bem disse o Deputado Dílzon Melo, com mais de 10 anos de bons serviços prestados ao Estado, se viram numa situação embaraçosa e delicada ao não pertencerem mais ao quadro do Estado.

Tivemos a oportunidade de indagar à Sra. Secretária se esta medida, que foi a mais brusca de todas as Secretarias, se deu por um processo administrativo ou foi apenas para contenção de despesas. E ela nos respondeu que foi realmente por contenção de despesas, ou seja, o Estado estará economizando cerca de R\$8.000.000,00 por mês às custas desses funcionários que não mais prestam serviços. E nós indagamos, juntamente com outros companheiros Deputados, a questão social dessa atitude, o alcance social de um ato igual a esse. No recesso que tivemos durante 2 meses, o qual passei na zona rural, principalmente no Norte de Minas, pude constatar a agonia, a dificuldade, a ansiedade, o sofrimento de centenas e centenas de pessoas que, de uma hora para outra, se viram dispensadas, se sentiram inúteis. Na maioria das vezes não têm a cobertura que um funcionário estável tem ao ser despedido.

Não tinha resposta para dar a esses funcionários. Explicar o porquê de um ato dessa natureza. Mesmo porque, oficialmente, não fui comunicado, não tinha nenhum conhecimento, como grande parte dos Srs. Deputados não tinham e não têm. E, se somos parceiros e co-responsáveis de um processo, acho que esta Casa deveria ser comunicada para que pudessemos justificar um ato dessa natureza.

A Sra. Secretária disse que dispensou para depois analisar, através de uma sintonia fina. Foram suas palavras. Foi um ato que qualificamos de violento, pois no nosso entendimento deveria ter sido feita uma triagem minuciosa, uma sintonia fina para não deixar desguarnecido o setor de educação do Estado de Minas Gerais.

É certo que o Governador tem que fazer algumas alterações. É certo que tem que diminuir a máquina administrativa e acertá-la para poder arrecadar mais dinheiro para fazer frente às suas responsabilidades. Entendemos porque o Governo ficou os meses de dezembro e janeiro e meados de fevereiro, apenas preocupado em honrar seus compromissos: pagar o funcionalismo em dia e a folha do 13º salário. Mas digo em alto e bom som que não podemos acatar uma atitude dessa natureza, mesmo porque ela não foi amplamente discutida nesta Casa Legislativa. O Governo tem que diminuir a máquina, mas através de um processo de seleção fina, onde não se cometam injustiças, onde não se coloque na rua o servente, a pessoa menor na escala hierárquica do Estado. Ele tem que arrecadar mais dinheiro, mas não às custas de um arrocho fiscal, como está pregando por aí, quebrando inúmeras firmas estáveis neste Estado. Isso tem que ser discutido com a sociedade. E o foro melhor para a discussão é esta Casa. Por isso mesmo, aplaudimos a atitude da Comissão de Educação. Somos parceiros do Governo, mas queremos ser informados de seus passos para que possamos defendê-lo e justificar atos dessa natureza. Esta Casa tem que continuar com esse trabalho de chamar aqui os Secretários e até mesmo o próprio Governador, se for necessário, para que possamos discutir minuciosamente e dar uma satisfação à sociedade mineira.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, recebemos, para acurado estudo, nesta Casa, os projetos, ainda tímidos, do Governador, a respeito da reforma da máquina do Estado, a qual, como assinala o Executivo, tem como uma de suas metas prioritárias a racionalização sistemática da máquina administrativa, com o aproveitamento, sempre que possível, da estrutura organizacional existente, capaz de concentrar, com eficácia, atividades multidisciplinares, resultando na sua redução, sem prejuízo do atendimento da missão

institucional do Estado.

É esse o teor da Mensagem n° 81/96, que resultou no Projeto de Lei n° 648/96. Concentro-me, de forma acentuada, na redução da máquina sem prejuízo do atendimento da missão institucional do Estado.

Estamos cientes, não sendo necessário disparar árduo economês, que o ajuste de contas dos municípios, dos Estados membros e da União é tarefa inadiável dos administradores, sob pena de desestruturação do Plano Real e da economia global do País.

O Estado, depositário das aspirações coletivas voltado para o bem comum, deve estar atento às modificações e aos desafios, preservando a sua missão institucional de busca do bem comum.

Nesse sentido, a Secretária da Educação, hoje, dia 28/2, na Comissão de Educação, afirmou que o modelo do Estado como aquele que dá emprego já não é mais admissível. O Estado deve dar educação e saúde de qualidade. Dessa forma, sou favorável, e de sã consciência a maioria o é, à reforma.

Reformar é sem dúvida dar nova forma, preservando-se a essência. São positivas mudanças, em que os direitos adquiridos, um dos princípios basilares da democracia, devem ser preservados.

Aproveitando o ensejo, quero referir-me à dramática situação da Fundação Helena Antipoff, que evidencia descaso para com Ibirité e o povo mineiro. Quem não ouviu falar em D. Helena Antipoff? Na grandeza de suas obras? Na inteligência de sua pessoa? Na sua vocação infinita de servir e ensinar? Algumas autoridades, penso que não.

O Presidente Antônio Carlos, quando à frente do Executivo mineiro, convidou-a para ministrar curso de aperfeiçoamento para as professoras mineiras. O convite, que era para um período de 2 anos, transformou-se em uma vida. Com senso peculiar e visão abrangente, ela criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais em Ibirité. E, no Rio de Janeiro, fundou a Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Nos idos de 1949, D. Helena criou o Instituto Superior de Educação Rural. Ibirité tornou-se centro educador não só das Gerais como também do Brasil. Os ideais da grande educadora voltavam-se para o ensino ao homem do campo, para a reciclagem de professores. A qualidade do ensino e da aprendizagem era a meta primeira.

Atualmente, a Fundação está circunscrita apenas à escola de ensino de 1° e 2° graus. A estranheza é que sua estrutura de cargos revela uma visão maior, ou seja, é patente o inaproveitamento, é tangível o desperdício de recursos com apadrinhamentos. Não podemos concordar e somos veementes nesse intuito de não perpetuar o cabide de empregos existente na Fundação Helena Antipoff, em Ibirité. São 27 cargos, na maioria ocupados por pessoas estranhas aos ideais e à grandeza de D. Helena Antipoff e desconhecedoras da realidade local. É inaceitável essa situação. Vamos, sim, fazer uma reforma, mas uma reforma séria, justa e clara, que não penalize os direitos adquiridos, os funcionários públicos, mas, sim, que extinga esses cargos em comissão, que servem, única e exclusivamente, ao apadrinhamento.

A Fundação está morrendo aos poucos. Já não mais existem aquela qualidade de ensino, o pomar, o cafezal, a banda de música, a aparelhagem de inseminação artificial... E, a continuar nesse ímpeto, em breve também desaparecerão o museu de D. Helena, o painel de Augusto Rodrigues e toda aquela maravilhosa estrutura apta, também, a ministrar o 3° grau.

O desfigurar da Fundação ao longo dos anos foi com clareza sintetizado por Luiz Carlos Nunes, ex-aluno, residente na Rua Quatro, 32, Vila Rosário, em Ibirité, que assim expressou-se: "Ah! que saudade da minha escola antiga, essa de 20 anos atrás, onde não só se aprendiam matérias mas também lições de vida. D. Helena, onde estiver, está triste, vendo lá de cima seu sonho, a cada dia, se acabando e se transformando em um pesadelo."

Não podemos falar em reforma deixando em abandono a Fundação Helena Antipoff. Não há lugar para reforma com a permanência da situação desajustada de cargos em comissão. Não há seriedade quando a situação permanece inalterada. Será que quer-se reformar sem extirpar-se esse tumor? Os recursos sangram por essa torneira e ela não será fechada?

Não somos críticos pela crítica. A solução é, sem dúvida, a extinção dos perdulários cargos em comissão existentes, preservando-se os direitos adquiridos. Cabide sem tamanho que agrupa nefastos interesses.

Finalizando, Sr. Presidente e preclaros Deputados, na qualidade de filho de Ibirité, Deputado majoritário, filho de professora e ex-aluno da Fundação, deixo registrados nesta Casa democrática meu descontentamento e dissabor.

Passo às mãos de V. Exa. um abaixo-assinado, em que dezenas de pessoas de elevada índole, descontentes com o rumo dado à Fundação e à sua direção, clamam por reformas. Solicito que esse abaixo-assinado seja encaminhado à Secretária da Educação para as providências cabíveis, notadamente no que se refere à seriedade da direção e à extinção do cabide de empregos. Não podemos assistir inertes ao sucatoamento da

Fundação. Temos responsabilidade para com o povo e para com a história e notadamente para com a nossa consciência. Vamos, sim, reformar, Sr. Governador. Mas reformar com seriedade, com altivez, com determinação e com justiça. Estou pronto, como Deputado, a lutar sempre na busca e na defesa de uma máquina do Estado que atenda aos cidadãos e não sirva para a distribuição de favores. Bradamos por justiça. Clamamos por ações concretas. Queremos atitudes e não promessas. Muito obrigado.

50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES

Discursos Proferidos em 1º/3/96

O Deputado Ermano Batista - Sra. Presidente, Srs. Deputados; a Nação, com o seu esforço pelo desenvolvimento e à mercê de circunstâncias de âmbito mundial, passa por um dos mais importantes momentos de definição sócio-econômica. Há, portanto, uma justificada preocupação por parte de cada um dos Estados membros da Federação no sentido de lutar efetivamente pelos seus interesses, segundo a dimensão da potencialidade de seus recursos, das suas tradições e de seu significado estratégico para o contexto: comportamento normal, útil e salutar.

De nossa parte, não nos podemos esquecer de que Minas sempre foi, é e será um termômetro que medirá a vocação do nosso País, na sua afirmação e no seu desempenho, considerando-se o vigor de nossos recursos naturais, a tradição empreendedora de nossa gente, a nossa potencialidade efetiva para criar e realizar, freqüentemente, à deriva dos incentivos oficiais da União. Os grandes feitos de definição histórica de nossa Pátria não surgiram nestas terras alterosas por acaso, nem por mera obra do destino. A forma como nos dedicamos às causas justificam os sucessos. Configura-se, pois, como afirmação de precedente eloquência aquela de que o Brasil só será, realmente, grande na medida em que Minas o for, desencadeando um processo.

Minas não pode, assim, perder o trem da história. Os entraves que temos vivido na área sócio-econômica decorrem, por certo, do esvaziamento sofrido pelo nosso Estado, sobretudo, por força de omissões imperdoáveis, incidentais, fruto de um injustificável comodismo nosso.

Não é necessário que o Brasil clame abertamente pela liderança de nossa iniciativa porque, em verdade - consideremos sem ufanismo tolo -, essa é a tônica, é a verdade latente, fundada no tempo, por força do óbvio.

Há de acontecer agora, sem perda de tempo, a união de todos os esforços para garantir ao Estado a continuidade do seu aquecimento econômico. Todas as forças vivas mineiras têm, necessariamente, de se unir para reivindicar um tratamento condigno, de compromisso maduro, por parte do Governo Federal, para com a expressão, a potencialidade, a realidade, a situação e os reclamos de Minas.

Chega, basta, já é passada essa lamentável, negra e injustificada fase de vermos, afoitamente, o Estado relegado a um vexatório plano secundário, impróprio para as suas dimensões, em todos os sentidos, mas, sobretudo, pela submissão de viciadas lideranças aos interesses de uns poucos - quando não, ao seu particular -, em detrimento da grandeza do nosso povo e da nossa terra.

Já não se pode deixar para amanhã a decisão. Postergar seria sucumbir fragorosamente, seria um suicídio que a história provinciana não perdoaria. Chegou o momento de jogar com toda a nossa força política, é hora de recompor o prestígio do nosso peso e da nossa importância, inclusive, usando os meios coercitivos necessários, no sentido de fazer valer os nossos interesses para a conquista daquilo que, por direito natural, nos cabe.

Não é admissível que a segunda maior Bancada do Congresso, a mineira, aceite passivamente o protecionismo deliberado, para que os novos e programados investimentos ocorram em locais cuja infra-estrutura não justifique, ou não comporte a iniciativa, mas, simplesmente, para atender a composições políticas totalmente questionáveis ou, simplesmente, reprováveis.

Só não enxerga a verdade quem não a quer. As manobras para a canalização de investimentos para determinados pontos do País é flagrante e, certamente, em detrimento da economia do nosso Estado. Vivemos o momento da razão, da lógica econômica. Não precisamos ir a Brasília de chapéu na mão. Brasília tem uma dívida moral e econômica conosco muito maior do que a mera aparência. Portanto, é Brasília que tem de vir até nós, sob o pálio de uma justa procedência, para recompor os recursos que daqui foram tirados, em se considerando que, no caso, a nossa tolerância, até agora, foi produto do espírito de solidariedade para com esses coirmãos no desenrolar de fases críticas, agora passadas. Está faltando a Minas a iniciativa, a presença firme nas decisões que programem ou deliberem sobre os novos investimentos.

Por outro lado, internamente, não nos podemos perder com as questões de escala secundária. Enquanto gastamos um tempo desmedido usando a pura dialética para discutir sobre a letra, outros estão cuidando, diligentemente, da treta; dessa maneira, vão na nossa frente para conseguir a água pura da fonte. Na guerra dos incentivos, devido à nossa morosidade e ao nosso poder de decisão tardio, acabamos perdendo vários pontos; deixamos que outros tomem a iniciativa e obtenham favores,

quando o nosso Estado pode oferecer muito mais vantagens, pode antecipar-se, porque tem o que dar para atrair novos investimentos. Agora mesmo, estamos vendo passivamente, a bem da verdade, o assédio de outros Estados para tirar a implantação da Mercedes em Juiz de Fora, que é o local tecnicamente preferido. O mesmo acontece com relação à Renault, que tem um pé em nosso Estado. As vantagens fiscais, os vários estímulos para a instalação de novas indústrias, a promoção inteligente e oportuna de nossas potencialidades são fatores não descartáveis, porque óbvios.

Não podemos ser tímidos nesse mister, porque a economia, na base em que está posta hoje, implica em atitudes incisivas, lúcidas; do contrário, não se consegue convencer nenhum investidor potencial.

Mas, surpreendentemente, têm ocorrido fatos injustificáveis nesse setor, o que deploramos, lamentamos. Observem, nobres colegas, que o Governo do rico e poderoso Estado de São Paulo, com toda a sua autonomia e seus inúmeros motivos de atração, remeteu à sua Assembléia Legislativa um ousado projeto de lei que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial, numa iniciativa bem orientada, dadivosa, que garante a sua hegemonia e a continuidade de seu crescimento. Está patente que São Paulo não se acomoda com a idéia de que a economia forte atrai, por si, mais investimentos.

Minas, realmente, se lançou na vanguarda do projeto de incentivos fiscais, mas, convenhamos, acomodou-se no tempo, ou na esperança de que as coisas acontecessem por si, ou, pelo menos, num ritmo muito aquém do que era de se esperar.

A gestão dos recursos, nos termos do projeto paulista, será feita pelo Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA -, instituição que, até poucos dias, vivia uma situação de penúria, e foi, complacientemente, atendida pelo Governo Federal, teve sobrevivência garantida pelo erário público da União. Nos termos desse projeto, que tramita na Assembléia paulista, em regime de urgência, os recursos do fundo destinam-se a novos investimentos que vierem a instalar-se naquele Estado, ou à ampliação dos já existentes. Assim, o questionável BANESPA deverá brindar a iniciativa privada, particularmente a estrangeira, com robustos financiamentos, prazos de até 12 anos, carência de 10 anos, durante os quais serão pagos juros de apenas 5% ao ano, sem a necessidade de outra amortização. E é nessa conjugação do elástico período de carência com os juros anuais baixos que São Paulo está procurando, objetivamente, ganhar a guerra fiscal. A carência dilatada é o algo a mais, porém, de notável efeito de convencimento na área da economia. Da mesma forma, esses financiamentos oficiais, através do BANESPA, terão correção monetária equivalente a 30% da variação do índice oficial de inflação, o que é insignificante para uma economia que tende para a estabilização, na forma do plano oficial. Da mesma forma, segundo o projeto, o Estado de São Paulo dá incentivo extra aos investidores, fixando que a arrecadação tributária ficará, durante os 10 anos de carência, restrita a 9% do faturamento mensal proveniente do investimento, excluídas as exportações que estão isentas. Além disso, o Executivo paulista estará autorizado a conceder prazo especial de 5 anos para o pagamento de ICMS para a indústria ou agroindústria, nos limites de até 75% sobre o imposto devido nos períodos de apuração.

Ora, esse plano ousado do Governo paulista tem respaldo, está alicerçado em garantias e coberturas oficiais de ordem maior. E por quê? É de se perguntar: por que Minas não toma o mesmo tipo de iniciativa, para garantir o seu progresso necessário? Por que a timidez? Por que a morosidade na iniciativa? Temos de abandonar a visão menor do fenômeno econômico para pensar e usar a visão maior, voltada para o amanhã, com desprendimento, coragem, sem apego às vicissitudes da microeconomia, mas abraçando a macroeconomia como exclusivo caminho válido para a redenção que há muito se espera. É imperioso que se pense de forma adulta.

Não podemos pensar em termos de migalhas eventualmente arrecadadas pelo erário, quando existem no Estado milhões de braços coestaduanos esperando por uma oportunidade num difícil mercado de trabalho. Temos de convir que o combate ao desemprego é o mais importante de todos os programas, considerando-se a realidade brasileira, e Minas não pode postergar essa verdade. Temos, disparadamente, o maior potencial e a maior produção energética do País; concentramos, portanto, maior capacidade para garantir crescimento industrial em ritmo compatível com as nossas necessidades. Por força das injunções geográficas, muito mais do que por fatores de ordem política, dispomos da maior rede viária do País, o que é outro fator favorável. A mão-de-obra fácil, barata, especializada, pacífica, sem transtornos com o elemento do ônus social contrasta com a realidade difícil de outros Estados, que, até agora, disputam e ganham a oportunidade dos investimentos. Não podemos continuar sendo um Estado exportador de boa mão-de-obra e sede de indústrias meramente extrativas, inclusive, porque nem todos podem, ou, muito menos, querem submeter-se a um inglório êxodo.

As disputas, através dos incentivos, sem interferências de ordem maior, são, de certa forma, válidas porque atendem ao fator social e devem ser dosadas segundo a extensão do potencial de oferta, na forma e nos termos da disponibilidade de cada um.

Não podemos competir por competir, sem o compromisso de ganhar. Ganhar, na espécie, é fundamento da sobrevivência. O que não se entende nem se aceita é sucumbir diante de promessas vãs, às vezes, até, zombeteiras, quando os fatos, os estímulos diversos e dirigidos continuam a acontecer aceleradamente, em outros lugares.

Há um precedente e sério clamor de nosso povo pelo florescimento imediato de novas oportunidades de crescimento. Nossa gente já não aceita nivelar-se por baixo, com base no exemplo do pior, do "status" vencido, da política ultrapassada. Espera-se um arejamento convicto. Para que nos posicionemos em condição de igualdade, de competição efetiva, quero exortar o Governo do Estado a enviar a esta Casa, no âmbito de sua competência e com a brevidade possível, um projeto de lei sério, pragmático, de profundidade e fôlego, segundo um plano compatível com a nossa realidade e predestinação, o qual dê novo alento aos incentivos que atraiam investimentos novos e consideráveis, porque justos. Por outro lado, temos de nos convencer, da necessidade premente para que se faça com convicção e determinação a união de todas as forças vivas de Minas, a partir desta Casa, de nossa Bancada no Congresso, pela defesa dos interesses que não são de uma classe em particular, mas de todo o povo mineiro.

O Deputado Geraldo Rezende - Sra. Presidente, Srs. Deputados, ouvi com bastante atenção o pronunciamento do Deputado Ermano Batista, que me antecedeu nesta tribuna, o qual versou sobre um tema dos mais emergentes no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

Vejam bem, a crença que temos no Plano Real é uma crença real porque, na verdade, ele estancou a inflação. Inclusive, fundamentalmente na minha base eleitoral, tenho debatido muito esse assunto. Sou oriundo da classe trabalhadora. Trabalhei 23 anos e 6 meses com carteira assinada na minha terra e vejo, hoje, os meus colegas trabalhadores passando por um grande sofrimento, ou seja, o desemprego.

Hoje, os jornais de Minas Gerais publicam que só Belo Horizonte tem 194 ou 197 mil desempregados. Fico a imaginar que o Governo precisa, na realidade, dar uma solução, não uma solução total, pois seria uma utopia, mas pelo menos parcial, para amenizar um pouco o sofrimento e a ansiedade daqueles pais de família que procuram um lugar para trabalhar e ganhar honradamente o seu sustento e o da sua família.

Gostaria de parabenizar o Deputado Ermano Batista pela sua visão progressista, de futuro. Foi um pronunciamento histórico para esta Casa, e é bom que isso fique gravado aqui. É desse tipo de pronunciamento que a Casa precisa.

Outro dia, vindo de Brasília, vi no jornal "Gazeta Mercantil" uma notícia que trazia a foto da Ministra Dorothea Werneck. Fiz questão de recortar tal matéria, que dizia o seguinte: (-Lê:)

"O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - vai passar a financiar investimentos fixos para a instalação de empresas brasileiras no exterior. O novo programa - que analisará caso a caso - vai beneficiar setores industriais que comprovadamente necessitem instalar uma unidade produtiva lá fora como condição básica para a garantia e o aumento de sua competitividade interna e internacional."

Não entendi nada. Instalar empresa lá fora para competir internacionalmente? Como? O salário de lá é dez vezes maior que o salário daqui. Como é que ele vai ter preço para competir externamente? Definitivamente, não tem. E para competir internamente? As outras já estão lá, instaladas há muito tempo, competindo internamente. Como é que o Governo vai montar uma indústria, produzir lá fora, com salários mais altos, e vir paralelamente para competir com as que estão aqui? Não, honestamente, não consigo entender. Não sei se sou um pouco menos inteligente do que a média dos brasileiros e o Presidente da República, mas não dá para entender. Dizia ainda a notícia: (-Lê:)

"O setor de autopeças será o primeiro a ser contemplado, pois, segundo diagnósticos feitos pelo Banco, é um dos que claramente preenchem esse requisito."

O Deputado Ermano Batista disse que a Mercedes será instalada em Juiz de Fora. Eu não acredito nisso, mas tudo bem. Por que não instalar essas fábricas de peças e componentes em Juiz de Fora, Ubá, Cataguases, ou sei lá onde? Por que instalá-la na Pensilvânia? Continuando, a matéria anunciava: (-Lê:)

"A proposta foi anunciada pelo Diretor de Planejamento do BNDES, Sérgio Besserman, após reunião, ontem, na sede do Banco, no Rio, com a Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dorothea Werneck. Essa proposta faz parte de um elenco de medidas a serem adotadas em conjunto com o BNDES e o MICT para a reestruturação industrial de setores considerados mais vulneráveis à concorrência internacional e que sejam importantes geradores de emprego de mão-de-obra."

Por que a sede do BNDES não é na Capital Federal, em Brasília, em vez de ser no Rio? Já começa tudo errado. (-Lê:)

"As condições financeiras dos empréstimos destinados a investimentos no exterior, assim como demais setores industriais a serem contemplados, deverão estar definidas em dois meses. Enfático, Besserman fez questão de ressaltar que jamais vamos financiar realocação de plantas industriais do Brasil para o exterior. Mas, se uma indústria de autopeças brasileira, para se manter fornecedora no Brasil, precisar estar na Pensilvânia, vamos estudar esse apoio."

Vai gerar emprego e mão-de-obra, na Pensilvânia. Penso que a contabilidade da mão-de-obra deles é indireta. Fabrica-se lá e vende-se aqui.

Segundo ele, a proposta do Banco é no sentido de manutenção e geração de empregos no Brasil.

Quer dizer, eu falei na Pensilvânia, mas não é só ali; ele apenas abriu essa possibilidade, mas pode ser em Miami, pode ser em Atlanta, na Georgia, ou em Connecticut, etc.

O setor de autopeças será ainda apoiado por um programa específico de financiamento para investimentos internos. As empresas do ramo poderão tomar empréstimos no BNDES - prestem atenção: Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - mediante a apresentação de contrato de fornecimento firmado com uma montadora. Ou seja, as montadoras do setor automobilístico passarão a ser uma espécie de avalista da operação, dispensando, dessa forma, a apresentação de garantias bancárias por parte das indústrias de autopeças de pequeno porte. Com essa modalidade de empréstimo integrado, voltado à formação de redes verticalizadas de produção entre montadoras e autopeças, o Banco pretende resolver os problemas de acesso ao crédito às pequenas e médias empresas do setor, segundo afirma o Diretor de Planejamento do Banco. Essa modalidade de empréstimo integrado já foi inaugurada pelo Banco, há cerca de 15 dias, com a aprovação de financiamentos à rede de empresas fornecedoras de bens e serviços à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN -, de Volta Redonda, RJ.

Os setores de autopeças, brinquedos, materiais de construção e indústria pesqueira foram os setores industriais analisados ontem, durante reuniões técnicas entre especialistas do BNDES e do MICT. Na próxima semana, os encontros técnicos incluirão os setores de móveis, papel e celulose, bens de capital e viticultura.

As indústrias têxtil e de calçados, que reclamam da forte concorrência internacional, já foram objeto de análise em reuniões anteriores. Segundo antecipou a Ministra Dorothea, esses dois setores, juntamente com o de autopeças, passarão a ser contemplados pelo Programa de Financiamento a Exportações - FINAMEX -, do BNDES. Até o momento, o FINAMEX só concede financiamentos a exportações de bens de capital. Mas o Banco estuda a possibilidade de ampliar o programa a outros segmentos.

Ainda na área do comércio exterior, o BNDES vai passar a atuar de forma mais efetiva nos grupos governamentais de estudos para a implementação de um seguro de crédito a exportações no Brasil. A idéia é concluir, até junho próximo, uma proposta para a estruturação e o aparato institucional do seguro.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, como brasileiro e como mineiro, não posso concordar, de forma nenhuma, com isso que está aqui escrito. Não posso concordar com esse projeto, ou anteprojeto, que está sendo esboçado. Meu Deus! Trata-se de um Banco de Desenvolvimento Social! Onde está o social de nosso País? Um País carente, que está com as taxas de desemprego lá no alto, vai financiar esse programa (com recursos de brasileiros, naturalmente), para que se instale na Pensilvânia, na Georgia, ou sei lá onde!? Vai favorecer os empregos e gerar os impostos lá fora!? Não, Sra. Presidente, Srs. Deputados, não posso concordar com isso.

Temos que debater o assunto. Quero parabenizar o Deputado Ermano Batista, que foi muito feliz em seu pronunciamento. De minha parte, utilizei-me de uma notícia de jornal, mesmo porque não tenho a competência e a capacidade que tem o Deputado Ermano Batista, tanto em sua eloquência quanto na visão extraordinária que tem do assunto - visão que, em seu discurso, repassou para todos nós e para os mineiros de modo geral. O fato é que não podemos concordar com esse projeto. Assim, quero fazer coro às idéias do Deputado Ermano Batista (que tem todo nosso apoio). Quero, também, alertar aos brasileiros e aos mineiros: vamos refletir mais sobre a questão social brasileira; são nossos conterrâneos, nossos irmãos, que estão desempregados. De acordo com pesquisa oficial, em Belo Horizonte, existem quase 200 mil desempregados. Vejam que Belo Horizonte é a Capital do Estado; é o centro onde se concentram as maiores indústrias de Minas Gerais. Imaginem os senhores no interior, onde não existe a oportunidade de emprego, a não ser no pequeno comércio, nas pequenas e médias cidades, pois não existe uma indústria, uma empresa para absorver a mão-de-obra local.

Na realidade, Minas Gerais deve ter hoje, seguramente, um milhão de desempregados. Como é que vamos resolver esse problema? Vamos estancar somente a inflação e pronto, dando por liquidado o assunto? Se o povo quer comer, estão aí os produtos, mas e para comprar a comida, como é que se vai fazer? De onde será tirado o dinheiro? Têm muitas coisas no Governo com as quais não podemos concordar e contra as quais temos que gritar. Essa é uma delas, e estou gritando.

Quero pedir aos caros colegas desta Casa de leis que reflitam mais sobre a questão nacional. Não vamos nos entusiasmar muito só com a questão da retenção da inflação, que foi ótimo, ninguém nega isso. Todos nós devemos apoiar, mas vamos pensar no desenvolvimento futuro, numa coisa mais para a frente. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/2/96, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, observado, ainda, o disposto no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, a partir de 6/2/96, com proventos integrais, a servidora Maria Márcia da Consolação Silva, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 29/1/96, com proventos integrais, a servidora Lígia Maria Álvares Ferreira, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, observado, ainda, o disposto no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 5/2/96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor José Eustáquio Simões Dumont, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 17/12/90, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36, da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 29/1/96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora Maria Ivone Alves Macêdo, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, do Quadro Suplementar desta Secretaria.

MG@PRELEG1

MG@PRELEG2

MG@FUNDHAB1

MG@FUNDHAB2
